



**CÂMARA MUNICIPAL DE MARINGÁ**  
**ESTADO DO PARANÁ**  
**CONCURSO PÚBLICO 01/2017**

**NÍVEL SUPERIOR – TARDE**

**ADVOGADO**

Nome do Candidato \_\_\_\_\_

Inscrição \_\_\_\_\_



**COMPOSIÇÃO DO CADERNO**

Língua Portuguesa	01 a 10
Conhecimentos Específicos	11 a 50
Prática Processual	-----



**INSTRUÇÕES**

1. Confira seu nome, o número do seu documento e o número de sua inscrição na folha de Respostas e na Versão Definitiva da Prática Processual. Além disso, não se esqueça de conferir seu Caderno de Questões quanto a falhas de impressão e de numeração, e se o cargo corresponde àquele para o qual você se inscreveu. Preencha os campos destinados à assinatura e ao número de inscrição. Qualquer divergência comunique ao fiscal.  
...
2. Os únicos documentos válidos para avaliação são a Folha de Respostas e a Versão Definitiva da Prática Processual. Só é permitido o uso de caneta esferográfica transparente de cor azul ou preta para o preenchimento da Folha de Respostas e da Versão Definitiva da Prática Processual. A Folha de Respostas deve ser preenchida da seguinte maneira: ●  
...
3. O prazo de realização da prova é de 5 (cinco) horas, incluindo a marcação da Folha de Respostas e a transcrição para a Versão Definitiva da Prática Processual. Após 60 (sessenta) minutos do início da prova, o candidato estará liberado para utilizar o sanitário ou deixar definitivamente o local de aplicação, não podendo, no entanto, levar o caderno de questões. Os 3 (três) últimos candidatos só poderão retirar-se da sala juntos.  
...
4. Ao término de sua prova, comunique ao fiscal, devolvendo-lhe a Folha de Respostas e a Versão Definitiva da Prática Processual, devidamente preenchidas e assinadas. O candidato poderá levar consigo o Caderno de Questões, desde que aguarde em sala o prazo de realização da prova estabelecido em edital.  
...
5. As provas e os gabaritos preliminares estarão disponíveis no site do Instituto AOC - [www.institutoaocp.org.br](http://www.institutoaocp.org.br), no dia posterior à aplicação da prova.  
...
6. Implicará na eliminação do candidato, caso, durante a realização das provas, qualquer equipamento eletrônico venha emitir ruídos, mesmo que devidamente acondicionado no **envelope de guarda de pertences**. O NÃO cumprimento a qualquer uma das determinações constantes em Edital, no presente Caderno ou na Folha de Respostas incorrerá na eliminação do candidato.

Texto 1: questões de 1 a 5

### O livreiro Garnier

Segunda-feira desta semana, o livreiro Garnier saiu pela primeira vez de casa para ir a outra parte que não a livraria. Revertere ad locum tuum — está escrito no alto da porta do cemitério de S. João Batista. Não, murmurou ele talvez dentro do caixão mortuário, quando percebeu para onde o iam conduzindo, não é este o meu lugar; o meu lugar é na Rua do Ouvidor 71, ao pé de uma carteira de trabalho, ao fundo, à esquerda; é ali que estão os meus livros, a minha correspondência, as minhas notas, toda a minha escrituração.

Durante meio século, Garnier não fez outra coisa senão estar ali, naquele mesmo lugar, trabalhando. Já enfermo desde alguns anos, com a morte no peito, descia todos os dias de Santa Teresa para a loja, de onde regressava antes de cair a noite. Uma tarde, ao encontrá-lo na rua, quando se recolhia, andando vagaroso, com os seus pés direitos, metido em um sobretudo, perguntei-lhe por que não descansava algum tempo. Respondeu-me com outra pergunta: *Pourriez-vous résister, si vous étiez forcé de ne plus faire ce que vous auriez fait pendant cinquante ans? Na véspera da morte, se estou bem-informado, achando-se de pé, ainda planejou descer na manhã seguinte, para dar uma vista de olhos à livraria.*

Essa livraria é uma das últimas casas da Rua do Ouvidor; falo de uma rua anterior e acabada. Não cito os nomes das que se foram, porque não as conhecereis, vós que sois mais rapazes que eu, e abristes os olhos em uma rua animada e populosa, onde se vendem, ao par de belas jóias, excelentes queijos [...]

ASSIS, Machado de. O livreiro Garnier. In: SANTOS, Joaquim Ferreira dos. (Organização e introdução). As Cem Melhores Crônicas Brasileiras. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007, p. 41-43. Fragmento.

1. Considerando as informações do Texto 1, a respeito do livreiro Garnier, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

- ( ) O livreiro Garnier saiu para acompanhar o cortejo para o cemitério S. João Batista.
- ( ) O texto foi escrito no mesmo dia em que o personagem principal faleceu.
- ( ) O personagem principal não gostava de ir a cemitérios.
- ( ) O personagem principal faleceu, tendo cumprido, na véspera, ritual de trabalho.
- ( ) O livreiro Garnier tinha hábitos bem consolidados e conhecidos há 50 anos.

- (A) V – V – F – F – F.
- (B) V – F – V – F – V.
- (C) F – V – F – V – F.
- (D) F – F – V – F – F.
- (E) F – F – F – V – V.

2. Entende-se do Texto 1 que o narrador

- (A) tem conhecimento de todas as ações e pensamentos dos personagens.
- (B) estabelece, em passagens do texto, interação direta com o leitor.
- (C) organiza seu texto a partir das atividades de trabalho realizadas pelo protagonista da história.
- (D) resiste às mudanças ocorridas na famosa Rua do Ouvidor.
- (E) conhece o personagem principal na segunda-feira, antes do fato narrado no texto.

3. No texto 1, predomina elementos de

- (A) argumentação, pois o autor apresenta, defende e sustenta um ponto de vista a respeito da importância do livreiro.
- (B) descrição de ações, pois são descritas ações que visam à regulação mútua de comportamentos por meio do exemplo de fato cotidiano.
- (C) exposição, pois o autor apresenta para os leitores conhecimentos de diferentes maneiras de se acessar saberes, como fez o personagem principal.
- (D) injunção, pois o autor enumera e explica as ações cotidianas do livreiro e do próprio narrador do texto.
- (E) narração, pois têm-se a imitação de uma realidade por meio da criação de uma intriga no domínio do verossímil, resvalando no campo do relato.

4. Assinale a alternativa correta em que o termo “se”, em destaque, está corretamente classificado.
- (A) “[...] se estou bem-informado, [...]”: pronome apassivador, acompanhando verbo transitivo direto.
- (B) “[...] achando-se de pé [...]”: índice de indeterminação do sujeito, pois acompanha verbo intransitivo.
- (C) “[...] quando se recolhia [...]”: pronome oblíquo reflexivo, indicando ação praticada pelo sujeito sobre ele mesmo.
- (D) “[...] os nomes das que se foram [...]”: conjunção integrante, compondo uma oração subordinada substantiva.
- (E) “[...] onde se vendem [...]”: conjunção adverbial, introduzindo oração subordinada que expressa circunstância de causa.
5. No trecho “[...] porque não as conhecereis [...]”, o verbo conhecer está flexionado na 2ª pessoa do plural no Futuro do Presente do Indicativo. Ao ser flexionado no Futuro do Subjuntivo, respeitando-se a mesma pessoa, a forma verbal correta é
- (A) conhecíeis.
- (B) conhecêsseis.
- (C) conheceríeis.
- (D) conhecerdes.
- (E) conheçais.

#### Texto 2: questões de 6 a 10

##### Lições de pesquisa

Para Bourdieu, no social tudo é relacional. As implicações desse postulado teórico da sociologia bourdiana têm sido valiosas, na medida em que coloca o pesquisador em condições de perceber com maior rigor as características específicas dos objetos de estudo. Nessa lógica, o enquadramento do objeto é produzido de forma a permitir perceber a sua posição relativa no conjunto de objetos semelhantes, o que possibilita avaliar, de forma mais acurada, o seu sentido (valor, significado, pertinência) em uma determinada configuração do social.

A proposta bourdiana de pôr em jogo as coisas teóricas, por sua vez, obriga o pesquisador a operar com os conceitos, ou seja, usá-los como ferramentas de construção dos fenômenos empíricos que constituem o foco da investigação. É, portanto, o avesso

de uma prática acadêmica ainda frequente, em que discursos teóricos antecedem e se articulam a objetos de estudo pré-construídos. O resultado mais comum da sobrevalorização das referências teóricas é o “efeito teoria” (Bourdieu, 1989, p. 47) que leva o pesquisador a enxergar o que já se dispunha a encontrar, ou seja, torna-se a antítese da atividade de pesquisa que se propõe problemas e questões a serem verdadeiramente pesquisados. A recorrência dos quadros teóricos que antecederiam as pesquisas — tão comum no início da pós-graduação no Brasil — e impunham-se sobre os objetos de pesquisa foi uma expressão bastante comum desse equívoco. No texto “Teoria como hipótese” (Brandão, 2002), a autora desenvolve essa reflexão referindo-se à pesquisa, entre nós, e explicita o significado operacional das teorias numa perspectiva bastante próxima da proposta por Bourdieu.

A recusa dos monismos metodológicos é, a meu ver, uma proposta profundamente adequada ao caráter sempre provisório das pesquisas em decorrência da complexidade dos objetos sociais. As oposições quantitativo x qualitativo, estrutura x história, questionários x entrevistas, micro x macro são falsas e respondem muito mais pela “arrogância da ignorância” (Bourdieu, 1989, p. 25) do que pela adequação teórico-metodológica ao problema sob investigação [...].

BRANDÃO, Zaia. Operando com conceitos: com e para além de Bourdieu. In: Educação e Pesquisa, São Paulo, v.36, n.1, p. 227-241, jan./abr. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v36n1/a03v36n1.pdf>>. Acesso em: 16 jul. 2017. Fragmento.

6. De acordo com o autor do Texto 2, qual é a tese defendida por Bourdieu?
- (A) Pesquisadores tendem a encontrar o esperado.
- (B) O aspecto relacional é o fundamento do social.
- (C) Objetos de estudo devem ser bem delimitados.
- (D) O pesquisador deve ser mais rigoroso em seus estudos.
- (E) Discursos teóricos apresentam problemas de referência.

**7. A flexão das formas verbais predominantes no Texto 2**

- (A) aponta para a possibilidade de as ideias e os fatos apresentados dependerem de condições não explicitamente dadas.
- (B) exige uma tomada de decisão por parte do leitor, visto que estabelece uma comunicação direta com seu interlocutor.
- (C) refere-se a ideias ou fatos vinculados a eventos ocorridos em um dado momento ou que ainda poderão ocorrer.
- (D) remete a um tom de verdade incontestável, pois apresenta fatos verossímeis ou tidos como tais.
- (E) sugere a existência de uma possibilidade, visto que parte da ideia defendida por outrem que não aquele que escreve o texto.

**8. Para que o excerto “É, portanto, o avesso de uma prática acadêmica ainda frequente, em que discursos teóricos antecedem e se articulam a objetos de estudo pré-construídos” seja reescrito sem perda do sentido original, deve-se obedecer à seguinte estrutura:**

- (A) “Demonstra, assim, ser contrário a práticas acadêmicas bem frequentes, segundo as quais o discurso teórico antecipa e se articula a objetos de pesquisa pré-construídos.”
- (B) “Ao se assumir o discurso acadêmico, considera-se sua dimensão de articulação e antecipação de objetos de estudo pré-estabelecidos.”
- (C) “Apesar de ser avesso a uma prática frequente no meio acadêmico, os discursos teóricos antecipam a articulação de objetos de estudo.”
- (D) “Na medida em que se coloca avesso às frequentes práticas acadêmicas, descobre-se sua dimensão pouco articulada entre a prática e a teoria na concepção do objeto de estudo.”
- (E) “Se o discurso acadêmico antecede e articula os objetos de estudo, deve-se colocar avesso a essas práticas.”

**9. A respeito da recusa de metodologias que obedecem a uma única abordagem, assinale a alternativa que apresenta uma opinião da autora.**

- (A) “Nessa lógica, o enquadramento do objeto é produzido de forma a permitir perceber a sua posição relativa no conjunto de objetos semelhantes [...]”.

- (B) “A recorrência dos quadros teóricos que antecediam as pesquisas — tão comum no início da pós-graduação no Brasil — e impunham-se sobre os objetos de pesquisa [...]”.
- (C) “[...] obriga o pesquisador a operar com os conceitos, ou seja, usá-los como ferramentas de construção dos fenômenos empíricos [...]”.
- (D) “[...] a autora desenvolve essa reflexão referindo-se à pesquisa, entre nós, e explicita o significado operacional das teorias [...]”.
- (E) “[...] uma proposta profundamente adequada ao caráter sempre provisório das pesquisas em decorrência da complexidade dos objetos sociais.”.

**10. A palavra “bourdiana” é formada por**

- (A) derivação regressiva, pois um substantivo passa a ser adjetivo.
- (B) elementos latinos, o que lhe dá um caráter de erudição.
- (C) elementos gregos e latinos, formando um galicismo.
- (D) derivação sufixal, e o sufixo indica maneira de pensar.
- (E) derivação sufixal, e o sufixo indica origem.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

**11. Em relação à improbidade administrativa, é correto afirmar que**

- (A) os agentes políticos municipais se submetem aos ditames da Lei de Improbidade Administrativa, sem prejuízo da responsabilização política e criminal estabelecida no Decreto-Lei 201/1967.
- (B) os Agentes Políticos sujeitos a crime de responsabilidade, ressalvados os atos ímprobos cometidos pelo Presidente da República (art. 86 da CF) e pelos Ministros do Supremo Tribunal Federal, são imunes às sanções por ato de improbidade previstas no art. 37, § 4º, da CF.
- (C) a ação de improbidade administrativa proposta contra agente político que tenha foro por prerrogativa de função é processada e julgada pelo juiz de primeiro grau, limitada à imposição de penalidades patrimoniais e permitida a aplicação das sanções de suspensão dos direitos políticos e de perda do cargo do réu.
- (D) a aplicação da pena de demissão por

improbidade administrativa é exclusividade do Judiciário, não sendo passível a sua incidência no âmbito do processo administrativo disciplinar.

- (E) o afastamento cautelar do agente público de seu cargo, previsto no parágrafo único, do art. 20, da Lei n. 8.429/92, é medida obrigatória e perdurará por até 180 dias.

**12. Em relação à improbidade administrativa, assinale a alternativa INCORRETA.**

- (A) O especialíssimo procedimento estabelecido na Lei 8.429/92, que prevê um juízo de delibação para recebimento da petição inicial (art. 17, §§ 8º e 9º), precedido de notificação do demandado (art. 17, § 7º), somente é aplicável para ações de improbidade administrativa típicas.
- (B) A indisponibilidade de bens prevista na LIA pode alcançar tantos bens quantos necessários a garantir as consequências financeiras da prática de improbidade, excluídos os bens impenhoráveis assim definidos por lei.
- (C) Os bens de família podem ser objeto de medida de indisponibilidade prevista na Lei de Improbidade Administrativa, uma vez que há apenas a limitação de eventual alienação do bem.
- (D) O ato de improbidade administrativa previsto no art. 11 da Lei 8.429/92 não requer a demonstração de dano ao erário ou de enriquecimento ilícito, mas exige a demonstração de dolo, o qual, contudo, não necessita ser específico, sendo suficiente o dolo genérico.
- (E) Nas ações de improbidade administrativa, é inadmissível a utilização da prova emprestada, colhida na persecução penal, desde que assegurado o contraditório e a ampla defesa.

**13. Referente ao processo administrativo disciplinar, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas.**

- I. A falta de defesa técnica por advogado, no processo administrativo disciplinar, não ofende a Constituição.
- II. As instâncias administrativa e penal são independentes entre si, salvo quando reconhecida a inexistência do fato ou a negativa de autoria na esfera criminal.

III. Não é possível a instauração de processo administrativo com base em denúncia anônima.

IV. O excesso de prazo para conclusão do processo administrativo disciplinar não conduz à sua nulidade automática, devendo, para tanto, ser demonstrado o prejuízo para a defesa.

- (A) I, II, III e IV.  
(B) Apenas I, II e III.  
(C) Apenas I, II e IV.  
(D) Apenas II, III e IV.  
(E) Apenas I, III e IV.

**14. Referente à administração indireta, é correto afirmar que**

- (A) as empresas públicas e as sociedades de economia mista prestadoras de serviços públicos não possuem legitimidade ativa *ad causam* para a propositura na defesa de interesse público primário.
- (B) é possível a aplicação de sanções pecuniárias por sociedade de economia mista, uma vez que exerce o poder de polícia fiscalizatório.
- (C) compete à justiça comum Federal processar e julgar as causas cíveis em que é parte sociedade de economia mista e os crimes praticados em seu detrimento.
- (D) inexistente direito à incorporação de vantagens decorrentes do exercício de cargo em comissão ou função de confiança na administração pública indireta.
- (E) os Conselhos de Fiscalização Profissionais possuem natureza jurídica de associação, sujeitando-se, portanto, ao regime jurídico de direito privado.

**15. Em relação aos servidores públicos, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).**

- I. **A limitação da carga horária semanal, para servidores públicos profissionais de saúde que acumulam cargos, deve ser de 60 horas semanais.**
- II. **O tempo de serviço prestado às empresas públicas e sociedades de economia mista somente pode ser computado para efeitos de aposentadoria e disponibilidade.**
- III. **É legítimo o ato da Administração que promove o desconto dos dias não trabalhados pelos servidores públicos participantes de movimento grevista.**

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e II.
- (E) I, II e III.

**16. Referente ao processo administrativo disciplinar, assinale a alternativa correta.**

- (A) É impossível haver discrepância entre a penalidade sugerida pela comissão disciplinar e a aplicada pela autoridade julgadora.
- (B) No Processo Administrativo Disciplinar "PAD", a alteração da capitulação legal imputada ao acusado não enseja nulidade, uma vez que o indiciado se defende dos fatos nele descritos e não dos enquadramentos legais.
- (C) Da revisão do Processo Administrativo Disciplinar "PAD", poderá resultar agravamento da sanção aplicada, em virtude da proibição do *bis in idem* e do *reformatio in pejus*.
- (D) O prazo prescricional interrompido com a abertura do Processo Administrativo Disciplinar "PAD" não volta a correr após o decurso do prazo legal para o encerramento do procedimento.
- (E) A portaria de instauração do processo disciplinar prescinde de minuciosa descrição dos fatos imputados, sendo certo que a exposição pormenorizada dos acontecimentos se mostra necessária somente quando do indiciamento do servidor.

**17. Em relação à responsabilidade Civil do Estado, assinale a alternativa INCORRETA.**

- (A) Os danos morais decorrentes da responsabilidade civil do Estado somente podem ser revistos em sede de recurso especial quando o valor arbitrado é exorbitante ou irrisório, afrontando os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.
- (B) O termo inicial da prescrição para o ajuizamento de ações de responsabilidade civil em face do Estado por ilícitos praticados por seus agentes é a data do trânsito em julgado da sentença penal condenatória.
- (C) A responsabilidade civil do Estado por condutas omissivas é objetiva, sendo irrelevante a comprovação da negligência na atuação estatal, do dano e do nexo de causalidade.
- (D) A despeito de situações fáticas variadas no tocante ao descumprimento do dever de segurança e vigilância contínua das vias férreas, a responsabilização da concessionária é uma constante, passível de ser elidida tão somente quando cabalmente comprovada a culpa exclusiva da vítima.
- (E) Em se tratando de responsabilidade civil do Estado por rompimento de barragem, não é possível a comprovação de prejuízos de ordem material por prova exclusivamente testemunhal, diante da impossibilidade de produção ou utilização de outro meio probatório.

**18. Referente a Concurso Público para contratação de servidores, é correto afirmar que**

- (A) a Administração atua com discricionariedade na escolha das regras do edital de concurso público, desde que observados os preceitos legais e constitucionais.
- (B) a exoneração de servidor público, em razão da anulação do concurso, prescinde da observância do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa.
- (C) a nomeação tardia do candidato por força de decisão judicial gera direito à indenização.
- (D) o Ministério Público só possui legitimidade para propor ação civil pública com o objetivo de anular concurso realizado sem a observância dos princípios estabelecidos na Constituição Federal, quando a conduta também envolver crime contra a administração pública.

(E) o servidor tem direito à indenização por danos morais em face da anulação de concurso público eivado de vícios.

**19. No que se refere aos contratos administrativos, assinale a alternativa INCORRETA.**

(A) O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente, ao Poder Público contratante, a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei 8.666/1993.

(B) Desde que haja autorização legislativa, ainda que genérica, pode o poder público realizar contratações temporárias, bem como realizar a sua prorrogação.

(C) O TCU, embora não tenha poder para anular ou sustar contratos administrativos, possui competência, consoante o art. 71, IX, da CF, para determinar à autoridade administrativa que promova a anulação de contrato e, se for o caso, da licitação de que se originara.

(D) Não se mostra razoável o entendimento de que a inflação possa ser tomada, no Brasil, como álea extraordinária, de modo a possibilitar algum desequilíbrio na equação econômica do contrato administrativo.

(E) O aumento dos encargos trabalhistas determinado por dissídio coletivo de categoria profissional é acontecimento previsível e deve ser suportado pela contratada, não havendo falar em aplicação da Teoria da Imprevisão para a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato administrativo.

**20. Referente aos agentes públicos, assinale a alternativa INCORRETA.**

(A) Não configura nepotismo a nomeação de servidor público para ocupar o cargo de assessor de controle externo de tribunal de contas de Município, mesmo que no referido órgão haja parente em linha reta ou colateral de 3º grau, que já exerça o cargo de assessor-chefe de gabinete de conselheiro.

(B) Aplicam-se ao servidor público, no que couber, as regras do Regime Geral de Previdência Social sobre aposentadoria especial de que trata o artigo 40, § 4º, inciso III, da Constituição Federal, até edição de lei complementar específica.

(C) Servidores de empresas públicas e sociedades de economia mista, admitidos por concurso público, não gozam da estabilidade preconizada no art. 41 da CF, mas sua demissão deve ser sempre motivada.

(D) É possível a dispensa de servidor ocupante apenas de cargo em comissão, em licença médica para tratamento de doença.

(E) A divulgação dos vencimentos brutos de servidores, a ser realizada oficialmente, constitui interesse coletivo, sem implicar violação à intimidade e à segurança dos agentes públicos.

**21. No exercício de suas finalidades, a administração pública pode limitar ou disciplinar direito, interesse ou liberdade, regular a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos. Isso caracteriza o poder**

(A) de Polícia.

(B) hierárquico.

(C) discricionário.

(D) regulamentar.

(E) disciplinar.

**22. Caracteriza abuso do Poder de Polícia pela Municipalidade:**

(A) fixar o horário de funcionamento de estabelecimentos comerciais.

(B) negar alvará de funcionamento a estabelecimento do mesmo ramo de atividade em área com o mesmo zoneamento urbano.

(C) apreender mercadoria com prazo de validade vencido e, após a realização de exames e da redução a termo, proceder a destruição das mercadorias

(D) interditar estabelecimento para o qual não haja alvará de habite-se.

(E) proceder a demolição de prédio erguido sem alvará de construção.

**23. Referente aos bens públicos, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) INCORRETA(S).**

- I. Os edifícios em que se encontram sediados o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, na Praça da Sé, e o Fórum João Mendes Júnior, na Praça João Mendes, são bens de uso especial, pertencentes à Fazenda do Estado, afetados ao uso do Poder Judiciário.
- II. Os bens de uso comum do povo não perdem essa característica se o Estado regulamentar sua utilização de maneira onerosa.
- III. Os terrenos e edifícios usados pelo próprio Estado para execução de serviço público especial são considerados bens de uso geral ou uso comum do povo, na medida em que a acessibilidade a eles se dá por meio da utilização universal, por toda a população, com livre trânsito em suas dependências.

- (A) I, II e III.
- (B) II e III.
- (C) I e III.
- (D) Apenas II.
- (E) Apenas III.

**24. Em relação às concessões especiais de serviços públicos, assinale a alternativa correta.**

- (A) Não constitui parceria público-privada a concessão comum quando não envolver contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.
- (B) Se o Governo Estadual contratar empresa privada para a construção, manutenção e administração de penitenciária, mediante pagamento mensal proporcional ao número de detentos, estará realizando Concessão simples, regida pela Lei 8.666/90.
- (C) Na concessão administrativa, que constitui modalidade de concessão de serviço público, instituída como forma de parceria público-privada, a remuneração do concessionário se dá exclusivamente por tarifa paga pelos usuários sem qualquer contraprestação pecuniária do concedente (parceiro público), uma concessão patrocinada.
- (D) O Poder Público não poderá realizar a celebração de contratos de Parceria público-privadas para prestação de serviços

de transporte público coletivo, uma vez que se trata de serviço submetido ao regime de autorização.

- (E) É permitida a celebração de contratos de parceria público-privada que tenha como objeto único o fornecimento de mão de obra, o fornecimento e instalação de equipamentos ou a execução de obra pública.

**25. É dispensável a licitação**

- (A) para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípua da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço não seja superior a 10% do valor de mercado, segundo avaliação prévia.
- (B) na contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional.
- (C) para a aquisição de bens ou serviços nos termos de acordo internacional específico aprovado pelo Congresso Nacional, quando as condições ofertadas forem manifestamente vantajosas para o Poder Público.
- (D) na contratação de associação de portadores de deficiência física, sem fins lucrativos e de comprovada idoneidade, por órgãos ou entidades da Administração Pública, para a prestação de serviços ou fornecimento de mão de obra, desde que o preço contratado seja de até 15% superior ao praticado no mercado.
- (E) para a aquisição ou contratação de produto para pesquisa e desenvolvimento, limitada, no caso de obras e serviços de engenharia, a 25% (vinte por cento) do valor de que trata a alínea "b" do inciso I do caput do art. 23 da Lei 8.666/93.

**26. Segundo Maria Sylvia Zanella Di Pietro, os agentes públicos se dividem em quatro categoria. Assinale a alternativa que NÃO apresenta uma dessas categorias**

- (A) agentes políticos.
- (B) servidores públicos.
- (C) militares.
- (D) particulares em colaboração com o poder público.
- (E) agentes honoríficos.



**27. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído pela Lei de Licitações confere à Administração, em relação a eles, diversas prerrogativas, EXCETO**

- (A) modificá-los, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado.
- (B) aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.
- (C) rescindi-los, unilateralmente.
- (D) fiscalizar-lhes a execução.
- (E) nos casos de serviços essenciais, ocupar provisoriamente bens móveis, imóveis, pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato, na hipótese da necessidade de acautelar apuração administrativa de faltas contratuais pelo contratado, bem como na hipótese de rescisão do contrato administrativo.

**28. Assinale a alternativa INCORRETA.**

- (A) Nos processos perante o Tribunal de Contas da União, asseguram-se o contraditório e a ampla defesa quando da decisão puder resultar anulação ou revogação de ato administrativo que beneficie o interessado, excetuada a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão.
- (B) A nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal.
- (C) É inconstitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo.
- (D) Compete à Justiça Federal julgar causas entre consumidor e concessionária de serviço público de telefonia, quando a ANATEL não seja litisconsorte passiva necessária, assistente, nem oponente.

- (E) É inconstitucional a vinculação do reajuste de vencimentos de servidores estaduais ou municipais a índices federais de correção monetária.

**29. Considerando as seguintes características:**

- **Autorizada a criação por lei específica.**
- **Regime celetista, com equiparação aos funcionários públicos para fins de acumulação de cargos, para fins criminais e para fins de improbidade administrativa.**
- **Atividade atribuída ao Estado no âmbito social (saúde, educação, cultura, meio ambiente, assistência).**

**é correto afirmar que elas dizem respeito à**

- (A) Empresa Pública.
- (B) Fundação Pública.
- (C) Sociedade de Economia Mista.
- (D) Organização Social.
- (E) Autarquia.

**30. Segundo a doutrina de Maria Sylvia Zanella Di Pietro, os atos administrativos podem ser classificados quanto: à Prerrogativa, à Vontade, à Formação da Vontade; aos Destinatários, à Exequibilidade e ao Efeito. Assim, é correto afirmar que**

- (A) quanto à prerrogativa, os atos podem ser classificados como de Império ou de gestão.
- (B) quanto à vontade, os atos podem ser classificados como vinculados ou discricionários.
- (C) quanto ao destinatário, os atos podem ser classificados como internos ou externos.
- (D) quanto aos efeitos, os atos podem ser classificados como concretos ou abstratos.
- (E) quanto à exequibilidade os atos podem ser classificados como exequíveis ou exigíveis.

**31. A Lei 7347/85 versa sobre a propositura de ação civil pública para discutir a responsabilidade por danos morais e patrimoniais acerca de objetos definidos em seus dispositivos, destinando-se, precipuamente, à tutela de interesses difusos e coletivos. Assim, é correto afirmar que**

- (A) com base em seu texto legal a Ação Civil Pública poderá ser ajuizada para discutir pretensões que envolvam tributos e contribuições previdenciárias individuais.
- (B) essa ação somente poderá possuir como objeto a condenação em dinheiro.
- (C) tal ação deverá ser proposta no foro do local onde ocorrer o dano.
- (D) não se aplica à honra e à dignidade de grupos raciais, étnicos ou religiosos.
- (E) não versará sobre a responsabilidade por danos causados a consumidores.

**32. Informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.**

- ( ) O termo “Constituição” pode ser empregado com vários significados, sendo um deles o conjunto dos elementos essenciais de alguma coisa.
- ( ) A palavra “Constituição” não pode ser associada a elementos essenciais do Estado, ou simplesmente como “estatuto jurídico do fenômeno político”.
- ( ) Se “Constituição” pode ser ligada à ideia de modo de ser de algo, logo, seria incorreto afirmar que esta é o modo de ser do Estado.
- ( ) A Constituição de um Estado é sua lei fundamental e exprime toda a organização de seus principais elementos constitutivos.

- (A) V – F – V – V.
- (B) F – F – F – V.
- (C) V – V – V – F.
- (D) F – V – V – V.
- (E) V – F – F – V.

**33. Referente aos Direitos Sociais, previstos nos artigos 6º ao 11º da CF/88, assinale a alternativa correta.**

- (A) Os Direitos Sociais são de observância obrigatória em um Estado Social de Direito, visando garantir melhores condições de vida aos hipossuficientes e sendo caracterizados como liberdades negativas, fundamento do Estado Democrático de Direito.
- (B) Os direitos garantidos aos trabalhadores urbanos e rurais encontram-se elencados no art. 7º da CF/88 e são caracterizados por serem normas de ordem pública, imperativas e invioláveis, pela vontade das partes contraentes na relação trabalhista.
- (C) Os Direitos Sociais, que encontram previsão no Capítulo II do Título II da Constituição Federal, são enumerados exaustivamente, esgotando-se com isso os Direitos Fundamentais destinados aos trabalhadores, previstos no próprio texto constitucional.
- (D) Aos trabalhadores domésticos, foram assegurados constitucionalmente diversos direitos sociais, dispostos no art. 7º do texto constitucional, porém nada se prevê ou se assegura em relação à proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência, ficando esses critérios a cargo exclusivamente do empregador.
- (E) O texto constitucional em nada menciona, no rol de seus direitos sociais, o gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal.

**34. Em relação aos Princípios Constitucionais da Administração Pública, assinale a alternativa correta.**

- (A) A vedação ao tratamento discriminatório dos agentes públicos constitui característica do princípio da moralidade.
- (B) A observância às normas de boa administração, em que a Administração Pública deverá concretizar suas atividades visando extrair o maior número possível de efeitos positivos e obtenção de excelência de recursos, diz respeito à aplicação do princípio da legalidade.
- (C) A vedação à promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos, tendo como base a publicidade de atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos, sem finalidade educativa, informativa ou de orientação social, coaduna-se com o princípio da publicidade.

- (D) Os atos praticados à luz da moralidade podem ser entendidos como aqueles que integram o conjunto de regras de conduta tiradas da disciplina interior da Administração.
- (E) O princípio da legalidade não subordina a Administração Pública à lei.

**35. Referente aos Direitos e Garantias Individuais e Coletivos, assinale a alternativa correta.**

- (A) Constitui crime inafiançável e imprescritível a ação de grupos armados, civis ou militares contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.
- (B) Brasileiros naturalizados não podem ser extraditados, em caso de crimes comuns praticados antes da naturalização, ou da comprovação em envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes ou drogas afins, na forma da lei.
- (C) A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém, sob nenhuma hipótese, podendo nela entrar sem o consentimento do morador.
- (D) Ainda que reconhecidamente pobre, a certidão de óbito será cobrada, na forma da lei.
- (E) Será concedida a extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião.

**36. Analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas. São requisitos para a propositura de ação popular:**

- I. a cidadania brasileira do autor da ação. No entanto não se faz necessária a apresentação de nenhum documento para a comprovação dessa cidadania quando do seu ajuizamento.
- II. a ilegalidade ou ilegitimidade do ato a invalidar, que deverá ser proveniente apenas de vício substancial.
- III. a lesividade do ato ao patrimônio público, ofendendo inclusive bens ou valores artísticos, cívicos, culturais, ambientais ou históricos da comunidade.
- IV. a ilegalidade ou ilegitimidade, que pode ser oriunda de desvio de finalidade.

- (A) Apenas I, II e III.
- (B) Apenas I, II e IV.
- (C) Apenas II e IV.
- (D) Apenas III e IV.
- (E) I, II, III e IV.

**37. Referente à Administração Pública, assinale a alternativa INCORRETA.**

- (A) A acumulação em cargos públicos é vedada, ainda que exista compatibilidade de horários, para dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.
- (B) Os cargos, empregos e funções públicas, além de serem acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos legais, também os são aos estrangeiros, com a promulgação da EC 19/98, desde que observada a forma estabelecida pela legislação, tendo estes ampla possibilidade de participação na administração pública.
- (C) O texto constitucional permite, em casos das exceções previstas em lei, a contratação para serviço temporário e de excepcional interesse público, sem a necessidade de realização de concurso público.
- (D) Os vencimentos pagos aos membros do Poder Executivo devem ser superiores aos conferidos aos membros do Poder Judiciário e do Poder Legislativo.
- (E) A suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, sem prejuízo da ação penal cabível, são consequências à prática de atos de improbidade administrativa.

**38. Em relação à repartição de competências entre União, Estados e Municípios, assinale a alternativa correta.**

- (A) O artigo 22 da Constituição Federal estabelece quais são as matérias cuja competência legislativa é privativa da União. Dessa forma, fica vedada qualquer possibilidade de Lei Complementar que autorize os Estados a legislar sobre matérias relacionadas nesse dispositivo.
- (B) A elaboração e execução de planos nacionais ou regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social fazem parte do rol de matérias de competência exclusiva da União, caracterizadas pela indelegabilidade.
- (C) As custas dos serviços forenses, a produção e consumo, bem como a assistência jurídica e Defensoria Pública, são exemplos de matérias especificadas como sendo de competência privativa da União.
- (D) A manutenção do serviço postal e correio aéreo nacional e a emissão de moeda são exemplos de matérias especificadas no artigo 22 que dispõe sobre a competência privativa da União.
- (E) A exploração direta ou mediante concessão, autorização ou permissão referente aos serviços de radiodifusão sonoras, de sons e imagens são matérias previstas no rol de competência concorrente entre a União, os Estados e o Distrito Federal.

**39. Assinale a alternativa correta no que tange à estabilidade do servidor público, disposta no artigo 41 da Constituição Federal.**

- (A) Os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público são estáveis após 2 anos de efetivo exercício.
- (B) O servidor público estável não poderá perder o seu cargo mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho.
- (C) O servidor público estável apenas poderá perder o seu cargo mediante sentença judicial transitada em julgado.
- (D) Como condição para aquisição da estabilidade dos servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público, devem ser observados os 3 anos de efetivo exercício, não se fazendo obrigatória a avaliação especial de desempenho.

- (E) Os servidores nomeados em virtude de concurso público adquirem a estabilidade observado o período de 3 anos e preenchidos os requisitos legais, quando o cargo for de provimento efetivo.

**40. Referente à nacionalidade, considere os cargos a seguir:**

1. Presidente e Vice-Presidente da República.
2. Ministro do Superior Tribunal de Justiça.
3. Ministro do Supremo Tribunal Federal.
4. Ministro da Justiça.
5. Ministro de Estado da Defesa.
6. Oficial das Forças Armadas.

**Considerando os cargos mencionados, assinale a alternativa que apresenta apenas cargos privativos destinados a brasileiros natos.**

- (A) Opções 1, 2, 3 e 4.
- (B) Opções 2, 3, 5 e 6.
- (C) Opções 1, 3, 5 e 6.
- (D) Opções 2, 3, 4 e 5.
- (E) Todas as opções.

**41. Quanto às garantias concernentes aos magistrados e vedações impostas pelo artigo 95 da Constituição Federal, assinale a alternativa correta.**

- (A) A inamovibilidade e a vitaliciedade, e somente estas, constituem as duas garantias destinadas aos juízes no texto constitucional.
- (B) A garantia da vitaliciedade traduz a impossibilidade da perda do cargo de juiz, adquirida em primeiro grau após 3 anos de efetivo exercício.
- (C) Aos juízes, será vedado exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos 2 anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou por exoneração.
- (D) Aos juízes será vedado exercer qualquer cargo ou função, ainda que em disponibilidade, salvo uma de magistério, conforme rol exaustivo, taxativo e restritivo delimitado no artigo 95, p.u., I, do texto constitucional.
- (E) A inamovibilidade é uma garantia constitucional absoluta, inerente aos juízes e deverá ser observada sob qualquer hipótese.

**42. Assinale a alternativa correta relativa ao controle de constitucionalidade no Brasil.**

- (A) O controle de constitucionalidade no Brasil, quando realizado repressivamente pelo Poder Judiciário, é classificado como misto.
- (B) O controle de constitucionalidade no Brasil caracteriza-se por ser apenas de forma repressiva, sendo, dessa forma, realizado como regra pelo Poder Legislativo.
- (C) O controle de constitucionalidade, repressivo, apenas poderá ser realizado pelo Poder Judiciário.
- (D) No Brasil, admite-se a forma preventiva do controle de constitucionalidade, devendo este ser realizado exclusivamente pelo Poder Executivo, através de veto jurídico.
- (E) O Congresso Nacional não poderá sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.

**43. Referente ao Mandado de Segurança Coletivo, assinale a alternativa correta.**

- (A) Não poderá ser impetrado por partido político com representação no Congresso Nacional.
- (B) Poderá ser impetrado tanto por partido político com representação no Congresso Nacional quanto por organização sindical.
- (C) Poderá ser impetrado por associação devidamente constituída em funcionamento há pelo menos, 6 meses.
- (D) Apenas poderá ser impetrado por partido político com representação no Congresso Nacional.
- (E) Apenas poderá ser impetrado por associação devidamente constituída em funcionamento há pelo menos 1 ano.

**44. Sobre os Ministros nomeados para o Tribunal de Contas da União, assinale a alternativa correta.**

- (A) Serão escolhidos um terço pelo Presidente da República, com aprovação do Senado Federal, sendo dois, alternadamente, dentre auditores e membros do Ministério Público junto ao Tribunal e dois terços pelo Congresso Nacional.
- (B) Serão escolhidos dois terços pelo Presidente da República, com aprovação do Senado Federal, alternadamente, dentre auditores e membros do Ministério Público junto ao Tribunal e um terço pelo Congresso Nacional.

- (C) Devem possuir mais de 30 e menos de 70 anos de idade.
- (D) Devem possuir mais de 15 anos de exercício de função ou de efetiva atividade profissional que exija os conhecimentos mencionados em dispositivo constitucional.
- (E) Não contam com nenhum tipo de prerrogativa, garantias, impedimentos e vencimentos quando comparados com Ministros do Superior Tribunal de Justiça.

**45. Acerca dos Poderes e Funções do Estado, assinale a alternativa correta.**

- (A) A função judiciária baseia-se na edição de regras gerais, abstratas, impessoais e inovadoras da ordem jurídica.
- (B) A função executiva possui o escopo único de se limitar à execução das leis.
- (C) Os Poderes não estão subordinados ao princípio da harmonia, não devendo se observar a colaboração entre eles.
- (D) No exercício de suas funções, não deve ser observada a independência entre os poderes.
- (E) A função executiva resolve problemas concretos e individualizados, de acordo com as leis, mas não se limitando única e exclusivamente à sua mera execução.

**46. Preferência é a primazia na discussão e votação de uma proposição sobre outra ou outras pela Câmara Municipal. Segundo o Regimento Interno da Câmara Municipal de Maringá, são casos de preferência, EXCETO**

- (A) proposta de emenda à Lei Orgânica; vetos; projetos de iniciativa do Prefeito com solicitação de urgência e projetos em regime de urgência especial.
- (B) proposta de emenda à Lei Orgânica; cassação do mandato do prefeito; projetos de iniciativa do Prefeito com solicitação de urgência e projetos em regime de urgência especial.
- (C) proposta de emenda à Lei Orgânica; cassação do mandato do prefeito; projetos de iniciativa do Prefeito com solicitação de urgência e projetos em regime de urgência especial.
- (D) proposta de emenda à Lei Orgânica; vetos; cassação do mandato do prefeito e cassação do mandato de Vereador.
- (E) proposta de emenda à Lei Orgânica; cassação do mandato do prefeito e cassação do mandato de Vereador.

**47. Referente às Comissões parlamentares de Inquérito da Câmara Municipal de Maringá, assinale a alternativa correta.**

- (A) Dentre as incumbências da Comissão Parlamentar de Inquérito, encontra-se a apreciação de procedimento instaurado em face de denúncia contra o Prefeito Municipal ou seu substituto legal, por crimes de responsabilidade ou infrações políticoadministrativas, cominadas com a perda do mandato, observadas as disposições da legislação federal pertinente.
- (B) A Comissão Parlamentar de Inquérito terá o prazo de 90 (noventa) dias, prorrogável por até metade, mediante deliberação do Plenário, respeitados os períodos de recesso parlamentar, para a conclusão de seus trabalhos.
- (C) São conteúdos para instauração da Comissão Parlamentar de Inquérito: acontecimentos relevantes de interesse para a vida pública e a ordem constitucional, legal, econômica e social do Município de Maringá, e que estejam devidamente caracterizados no requerimento de instituição da Comissão.
- (D) Ao término dos trabalhos, a Comissão apresentará relatório circunstanciado e conclusivo, que será publicado no Órgão Oficial do Município e encaminhado ao Presidente da Câmara Municipal de Maringá que deverá tomar as devidas providências.
- (E) As Comissões Parlamentares de Inquérito valer-se-ão, solidariamente, das normas procedimentais contidas no Código de Processo Penal.

**48. Referente aos crimes de responsabilidade a quem ocupar o cargo de Prefeito Municipal de Maringá, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas.**

- I. Os crimes de responsabilidade dos Prefeitos Municipais estão sujeitos ao julgamento do Poder Judiciário, independentemente do pronunciamento da Câmara dos Vereadores.
- II. A condenação definitiva em qualquer dos crimes definidos como de responsabilidade acarreta a perda de cargo e a inabilitação, pelo prazo de oito anos, para o exercício de cargo ou função pública, eletivo ou de nomeação,

sem prejuízo da reparação civil do dano causado ao patrimônio público ou particular.

- III. Será julgado o Prefeito que desviar, ou aplicar indevidamente, rendas ou verbas públicas.
- IV. Considera-se infração político-administrativa do Prefeito Municipal, sujeita ao julgamento pela Câmara dos Vereadores e sancionada com a cassação do mandato, impedir o funcionamento regular da Câmara Municipal.

- (A) Apenas I, II e III.
- (B) Apenas II e IV.
- (C) Apenas I, III e IV.
- (D) Apenas I e III.
- (E) Apenas II, III e IV.

**49. Informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.**

- ( ) São vedadas as concessões ou permissões de quaisquer serviços públicos que contenham cláusula de exclusividade no Município de Maringá.
- ( ) O plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas de Administração Pública Municipal, Direta, Indireta e Fundacional, abrangendo os programas de manutenção e expansão das ações de governo.
- ( ) A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá, dentre outros, o orçamento de investimentos das empresas em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social, com direito a voto.
- ( ) Será garantida a participação da comunidade nas etapas de elaboração, definição e acompanhamento da execução plurianual, de diretrizes orçamentárias e do orçamento anual do município de Maringá.

- (A) V – F – V – F.
- (B) V – V – F – V.
- (C) F – F – V – V.
- (D) F – V – F – V.
- (E) F – F – F – V.

**50. Referente ao regime disciplinar dos funcionários públicos do município de Maringá (PR), assinale a alternativa INCORRETA.**

- (A) São penalidades disciplinares: advertência; suspensão; demissão; extinção de aposentadoria ou disponibilidade; destituição de cargo em comissão e da função gratificada.
- (B) Configura abandono de cargo a ausência injustificada do funcionário ao serviço por mais de 30 (trinta) dias consecutivos. Verificado o abandono de cargo, a comissão, especificamente constituída, iniciará seus trabalhos, fazendo publicar, em jornal de grande circulação local, o edital de chamada do acusado, durante 3 (três) dias.
- (C) O processo administrativo disciplinar se desenvolverá nas seguintes fases: instauração, instrução sumária, que compreende indicição, defesa e relatório; julgamento.
- (D) Será cassada a aposentadoria ou a disponibilidade do inativo que houver praticado, quando em atividade, falta punível com a demissão.
- (E) Quando houver conveniência para o serviço público, a penalidade de suspensão poderá ser convertida em multa, à base de um dia do vencimento ou remuneração, ficando o funcionário obrigado a permanecer em serviço.